



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

A ETNOTERRITORIALIDADE E A EXPERIÊNCIA DIGITAL NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO BAIXO AMAZONAS

Thiago Cardoso Franco - UFG

Taynnara Rodrigues de Oliveira Franco – SEDUC GO/ Didaktiké-UFG

RESUMO

Este trabalho objetivou analisar até que ponto a etnoterritorialidade se constitui como processo de ensino-aprendizagem e/ou práticas pedagógicas na construção do conhecimento local. Para isso, constituiu-se como base epistemológica a Complexidade e os princípios da transdisciplinaridade (MORIN, 2016; NICOLESCU, 1999; SUANNO, 2015), bem como a etnoterritorialidade de Paul Claval (2007). O método utilizado foi a cartografia etnoterritorial (COSTA, 2013) e apresentou como circuito metodológico I. Diário de campo; II. Cartografia da memória: sistematizada em desenhos e gravações de áudio; III. Reconhecimento territorial; e IV. Cartografia geolocalizada, nas comunidades Indígena Sateré-Mawé de Nova Alegria e Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri, ambas localizadas no Baixo Amazonas, a leste do Estado. Como resultado podemos destacar um bom aproveitamento da comunidade sobre as práticas aplicadas em campo, como processo promissor de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Enoterritorialidade, Povos tradicionais, práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta do projeto de pesquisa Cidadania Digital, ocorrido em 2023, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), no qual promoveu oficinas e atividades que promovessem a Cidadania Digital de Comunidades indígena e quilombola do Baixo Amazonas, dentre as oficinas realizadas destacamos a de Enoterritorialidade dos povos tradicionais.

Neste contexto, o problema de pesquisa é: até que ponto a etnoterritorialidade se constitui como processo de ensino-aprendizagem e/ou práticas pedagógicas na construção do conhecimento local? E nesse caso, o processo foi aplicado *in loco* e em ambientes digitais. O objetivo geral centrou-se em analisar até que ponto a etnoterritorialidade se constitui como processo de ensino-aprendizagem e/ou práticas pedagógicas na construção do conhecimento local; e nos seguintes objetivos específicos: a) investigar as noções etnoterritoriais junto às comunidades indígena e quilombola participantes; e, b) compreender como a etnoterritorialidade se faz presente nas práticas educativas/pedagógicas nas comunidades participantes.

METODOLOGIA

O método utilizado foi uma cartografia etnoterritorial construída a partir da cosmologia local, que a *posteriori* foi geolocalizada em ambiente digital. Utilizamos as memórias e orientações territoriais locais. Seguimos um modelo próximo ao que aparece em Costa (2013). Neste tipo de método, a própria comunidade constrói sua cartografia levando em consideração as práticas locais.

Então proporcionamos um circuito metodológico com cinco procedimentos de coleta, aplicação, desenvolvimento e finalização do mosaico cartográfico: I. Diário de campo; II. Cartografia da memória: sistematizada em desenhos e gravações de áudio; III. Reconhecimento territorial; e IV. Cartografia geolocalizada.

As comunidades tradicionais participantes foram: Indígena de Nova Alegria, da etnia Sateré-Mawé, localizada na Zona Rural do município de Parintins-AM; e a Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri, que fica na Zona Rural de Barreirinha-AM. Em ambas, foram necessários transportes fluviais (lancha e barco) para ter acesso às referidas comunidades, que aconteceu nos dias 23 e 25 de agosto de 2023.

Nas duas comunidades participantes, as oficinas ocorreram nas escolas municipais, com a presença majoritária de crianças e adolescentes. Na comunidade indígena, a oficina teve a participação de crianças a partir de quatro anos, mas também teve a participação de professores. No quilombo, apenas pré-adolescentes (entre 12 e 14 anos) e seus professores participaram.

A oficina foi organizada da seguinte maneira: em uma das salas de aula da escola, as carteiras foram dispostas em formato de “U”, seguidamente, foi distribuído aos participantes da pesquisa folhas de papel tamanho A4 e giz de cera (para desenhar). E, posteriormente, os pesquisadores e condutores da oficina solicitaram aos participantes que desenhassem as entidades cosmológicas que habitam no mesmo território.

Ao finalizarem seus desenhos, os participantes saíam da sala e eram direcionados ao pátio da escola para serem entrevistados sobre o desenho que fizeram. Assim, as entrevistas aconteceram livre, no qual expuseram os detalhes do desenho feito, especificando as entidades que referenciaram e onde habitam. Ao todo, foram recolhidos 41 desenhos na Comunidade Indígena Sateré-Mawé de Nova Alegria e 26 desenhos no Quilombo do Matupiri. Recolhidos os desenhos, foi feito um reconhecimento territorial, caminhando pela comunidade e conhecendo as narrativas e entidades desenhadas nos papeis.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entendemos a etnoterritorialidade, a partir de uma leitura de Paul Claval (2007), como uma relação estreita da cosmologia com o lugar, no modo como ambiente é experienciado e vivido pelos habitantes locais, na forma que é moldado e incorporado pelas práticas locais e ressignificados pelas tecnologias.

Já a didática, compreendemos enquanto um ramo da pedagogia, tem por objeto o “[...] processo de ensino na sua globalidade” (LIBÂNEO, 2011, p. 132) e, portanto, estuda a teoria e a prática do ensino nos processos de ensino e de aprendizagem. Em relação as práticas educativas, compreendemos que estas podem ocorrer não só no ambiente escolar, como também nas relações cotidianas, entre seus pares no contexto territorial dentro das comunidades. Já as práticas pedagógicas, de acordo com Franco (2016), pressupõem de intencionalidade alcançada, baseadas nas expectativas educacionais estabelecidas.

Quanto a educação escolar dos povos tradicionais, devemos levar em consideração, tanto as exigências legais (como é o caso das Resoluções CNE/CEB nº 03/1999 - indígena; e da nº 8/ 2012- quilombola), como as demandas das próprias comunidades. Nesse sentido, a Epistemologia da Complexidade (MORIN, 2016) e os princípios da Transdisciplinaridade (NICOLESCU, 1999) se apresentam como um caminho que rompe com as dicotomias presentes no pensamento cartesiano e simplificador (MORIN; CARVALHO, 2010), dentro da ótica ocidental, que se distingue o do pensamento dos povos tradicionais. Assim, oportunizam uma abertura e diálogo entre diversas cosmologias, possibilitando a ecologia de saberes da floresta (FRANCO, 2023).

Sendo assim, a etnoterritorialidade pode ser considerada tanto nas práticas educativas, no cotidiano das aldeias, como também nas práticas pedagógicas que oportuniza a ampliação dos conceitos científicos, mas que englobam os saberes tradicionais que, neste caso, incluem a permanência e conexão de todas as coisas, considerando as entidades cosmológicas que habitam no território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De fato, o conhecimento cosmológico da floresta está evidente, no seu modo ecológico, nas práticas não ocidentais e nas suas especificidades locais. A aplicação cartográfica da etnoterritorialidade se apresentou como um processo de ensino-aprendizagem nunca vista

antes nas comunidades, contudo, foi algo que considerou as práticas locais e o conhecimento comunitário. Já as noções de reconhecimento do território estão presentes na comunidade e também são evidentes na emergência da descrição dos pontos geográficos, nas entidades que se desvelam no ambiente mapeado, na ocupação dos espaços, como lugar de molde das práticas locais.

Desse modo, o resultado foi positivo, pois experienciamos uma didática que valorizou o protagonismo da comunidade, que evidencia conhecimento da floresta e que trabalhou com elementos comuns e conhecidos no processo de aprendizagem e no processo de interação da escola com a comunidade e com o seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante Almeida, Albuquerque e Pinho (2014), a educação indígena, a que ocorre nos espaços da aldeia, já é transdisciplinar. Do mesmo modo que os quilombolas. Quando vão para os espaços escolares, dentro de suas comunidades, essa formação não se diferencia, pois a pluralidade de conhecimentos ainda se fazem presentes, sobressaindo a ecologia de saberes da floresta (FRANCO, 2023).

Ao analisar até que ponto a etnoterritorialidade se constitui como processo de ensino-aprendizagem e/ou práticas pedagógicas na construção do conhecimento local, percebemos, a partir da oficina realizada, que esta não acontecia nas comunidades, mas que a oficina ampliou o repertório de possibilidades que valorizem os saberes locais/tradicionais com os conteúdos curriculares, exigidos pela legislação brasileira.

Em suma, a prática nos processos de ensino-aprendizagem pode ser considerada como intercultural e transdisciplinar, pois não hierarquizam os conhecimentos científicos dos saberes tradicionais, mas promovem uma ecologia de saberes, incluindo o etnoconhecimento desses povos tradicionais. Assim, compreendemos que as disciplinas curriculares da escola, nesse caso em específico, também ampliam as noções étnicas e culturais, reafirmando a cosmovisão e cultura do seu próprio povo.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

COSTA, Renata Oliveira. *Na trilha dos timbira: sustentabilidade e territorialidade Krahô*. Brasília, Tese (doutorado), Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2013.

FRANCO, Taynnara Rodrigues de Oliveira. *A ecologia de saberes da floresta e a ancestralidade Sateré-Mawé: a busca pela transdisciplinaridade nas escolas urbanas de Parintins-AM*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

FRANCO, Thiago. *Ameríndios conectados: As formas comunicativas de habitar e narrar o mundo, de acordo com as imagens dos modernos e dos Krahô*. ECA, 2019. 350f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. *Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito*. *Rev. bras. Estud. pedagog. (on-line)*. Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez., 2016.

FRANCO, Thiago; DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete. *O net-ativismo indígena na Amazônia, em contextos pandêmicos*. *Estudos em Comunicação*, v. 31, p. 109-131, 2020.

FRANCO, T.; SILVA, M. R. *Cosmofagia e net-ativismo indígena brasileiro, durante a pandemia da Covid-19*. *Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui*, v. 145, p. 181-196, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Educação: Pedagogia e Didática – o campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e buscas de identidade epistemológica e profissional*. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Didática e Formação de Professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORIN, Edgar. *O método 1: a natureza da natureza*. Tradução Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2016.

MORIN, E.; CARVALHO, E. Prefácio. In: ALMEIDA, M. da C. de. *Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição*. São Paulo: Livraria da Física, 2010. p. 15-16.

NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.